



Handwritten signature

ATA N.º 25/2015

Data da reunião ordinária: 21/12/2015

Início da reunião: 10:05 horas

Fim da reunião: 10:55 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Manuel Orlando Fernandes Alves

Vereadores:

José Duarte Crespo Gonçalves

David José Varela Teixeira

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

António Gonçalves Araújo

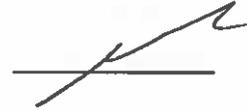
Maria Elsa de Moura Minhava

Paulo Jorge Miranda da Cruz

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Nuno Vaz Ribeiro

Cargo: Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças



ATA N.º 25

Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 21 de dezembro de 2015.

No dia vinte e um de dezembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Montalegre, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, sito à praça do Município, número um, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, Dr. David José Varela Teixeira, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Enf.ª Maria Elsa de Moura Minhava, Dr. António Gonçalves Araújo e Dr. Paulo Jorge Miranda da Cruz, e, comigo, Nuno Vaz Ribeiro, na qualidade de secretário. _____

Pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, quando eram dez horas e cinco minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se, a mesma, de acordo com a ordem do dia, disponibilizada, no dia dezassete de dezembro do ano em curso, na plataforma de gestão documental *sharepoint*, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião, sob a forma de doc. n.º 1. _____

- 1 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DO "APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA". _____
- 2 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO GONÇALVES VAZ, RESIDENTE EM VILARINHO DE NEGRÕES, FREGUESIA DE NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 3 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ARMINDA JESUS BRANCO DAMAS RODRIGUES, RESIDENTE EM TABUADELA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 4 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO GONÇALVES SURREIRA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 5 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CRISTIANA MARIA AFONSO CALDAS, RESIDENTE EM CEPEDA, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 6 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CUNHA MOURA, RESIDENTE EM TOURÉM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 7 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOAQUIM GONÇALVES, RESIDENTE EM PADROSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



8 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SOC. AGROPECUÁRIA PAULO VIDEIRA, RESIDENTE EM BRANDIM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

9 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOAQUIM DIAS PACHECO, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

10 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ÁLVARO PEREIRA RODRIGUES, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

11 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE ESCALEIRA GIL, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

12 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DA GLÓRIA SILVA GONÇALVES RODRIGUES, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

13 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALBINO BARROSO FERNANDES CASINHA, RESIDENTE EM CORVA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

14 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ZULMIRA PIRES BRANCO, RESIDENTE EM FRADES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

15 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA MARIA AFONSO PEREIRA, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

16 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO PEREIRA PIRES, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

17 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ JOÃO LUIS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

18 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ VAZ GONÇALVES, RESIDENTE EM NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

19 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. BENTA AFONSO CASELAS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

20 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. RUI MANUEL BORRALHEIRO ALVES MOURA, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

21 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL AFONSO DIAS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

22 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. LUIS CARLOS FERNANDES PEREIRA, RESIDENTE EM BAGULHÃO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

- 23 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ BARROSO, RESIDENTE EM CARVALHO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 24 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL DIAS LAMA, RESIDENTE EM ANTIGO DE VIADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 25 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS CARVALHO GONÇALVES GRAÇA, RESIDENTE EM PARADA, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 26 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA CARNEIRO CHAVES AFONSO, RESIDENTE EM NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 27 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LUCÍLIA ALVES QUERIDO, RESIDENTE EM ANTIGO DE VIADE , DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 28 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. SUZANA MARIA PEREIRA PEIREZO, RESIDENTE EM MORGADE , DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 29 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA CÉU GONÇALVES AFONSO, RESIDENTE EM PENEDONES, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 30 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO ARTUR ALVES FERNANDES, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 31 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CAMPOS MARTINS, RESIDENTE EM BUSTELO, VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 32 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS CARVALHO PEREIRA, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 33 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JAIME PORTELA MAGALHÃES, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA DE NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 34 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL FERNANDES LUIS, RESIDENTE EM TRAVASSOS DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 35 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO AFONSO ALVES, RESIDENTE EM FIÃES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 36 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL FERREIRA GONÇALVES, RESIDENTE EM SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 37 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL VAZ VIEIRA, RESIDENTE EM MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



38 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL PEREIRA CARRITO, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS., DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

39 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ AUGUSTO AFONSO PEREIRA, RESIDENTE EM TELHADO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

40 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALCIDES ARAÚJO MOURA, RESIDENTE EM PARADA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

41 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO PEREIRA QUELHA, RESIDENTE EM SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

42 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL LOPES ALVES, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

43 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO DIAS PIRES, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

44 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ COSTA FERNANDES LEITE, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

45 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM LOURENÇO FONTES, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

46 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS COSTA, RESIDENTE EM SÃO ANE, CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

47 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO RODRIGUES OLIVEIRA, RESIDENTE EM CRIANDE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

48 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALZARINO RUA JORGE, RESIDENTE EM CODEÇOSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PADORNELOS MEIXEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

49 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LUÍSA RODRIGUES DIAS, RESIDENTE EM CARVALHAIS, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

50 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JÚLIA P.B.QUELHA – CABEÇA DE CASAL, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

51 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ADELINA TEIXEIRA ARAÚJO, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

52 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DO CÉU ALVES COSTA, RESIDENTE EM FRIÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



- 53 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA AZEVEDO ALVES MARTINS, RESIDENTE EM OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 54 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JOAQUINA MOURA MADEIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 55 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JESUS ALVES BRANCO, RESIDENTE EM FRADES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES E MOURILHE DESTINADO, A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 56 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA NATIVIDADE GONÇALVES DIAS LAMA, RESIDENTE EM VIADE DE BAIXO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 57 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. LUÍSA DIAS MIRANDA ALVES, RESIDENTE EM VIADE DE BAIXO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 58 - RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____
- 59 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 245/2015 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____
- 60 - ALIENAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO E DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS), SITOS EM SENDIM, PARADELA, ANTIGO DE SARRAQUINHOS, ZEBRAL, MOURILHE, SABUZEDO E LAMAS. _____
- 61 - ALIENAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO E DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS) - SITOS EM PEREIRA, BAGULHÃO, TABUADELA, CARVALHO. LINHARELHOS, CAMBESES DO RIO, FRADES DO RIO, VILA DA PONTE. _____
- 62 - FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE TERRENO (PARCELA 25) NECESSÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DA VARIANTE À EN 308 - TROÇO DO SALGADO AO ROLO, PROPRIEDADE DA IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE. _____
- 63 - LISTA PROVISÓRIA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS À ATRIBUIÇÃO DE UMA HABITAÇÃO EM REGIME DE COMODATO – PRÉDIO ALBINO FIDALGO. _____
- 64 - TRANSAÇÃO JUDICIAL REALIZADA NO ÂMBITO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM, A QUE CORRESPONDE O PROCESSO Nº 116/11.8BEMDL. _____
- 65 - AMAT / OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO ANO DE 2016 / PARA CONHECIMENTO. _____

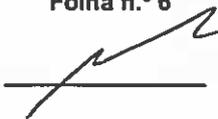
I
ATAS

– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA –

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

III
INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

- 1- PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DO “APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA”. _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, datada de quinze de dezembro do ano em curso, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“Assunto: Proposta de atribuição de apoios no âmbito do “Apoio Financeiro à Família”. _____

A Comissão especializada para a seleção das candidaturas, constituída no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, reuniu no passado dia 14.12.2015, pela 14:00h, para aplicação das normas constantes do referido Regulamento. _____

Instruídos e analisados os processos de candidatura apresentados, propõe-se à Exma. Câmara o deferimento do processo abaixo referenciado, por se enquadrar nas condições gerais e específicas determinadas pelo Regulamento acima referenciado. _____

1. Apoio á frequência de creche _____

Candidatura	Processo	Nome	Escalão IPSS	Quantia mensal
42	242/8/ACS-B/2015	António Manuel Chaves Mesquita	2	105,00 €

Montalegre, 15 de Dezembro de 2015. _____

A Vereadora da Ação Social, assinatura ilegível, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves”. _____

Esta informação, apesar de transcrita, vai ficar apenas, no formato de cópia, ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de doc. n.º 2. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento na referida proposta, o seguinte: _____

a) Aprovar o pedido de apoio à frequência de creche formulado pelo Sr. António Manuel Chaves Mesquita, no valor mensal de € 105,00 (cento e cinco euros); _____

b) Fazer depender a eficácia financeira desta deliberação da obtenção de prévio compromisso, conforme a disciplina normativa constante da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, vulgarmente conhecida pela lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; _____

c) Ao Gabinete de Gestão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder à boa execução material desta deliberação; _____

d) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para conhecimento e acompanhamento da boa execução material da presente deliberação. _____

IV

CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

2 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO GONÇALVES VAZ, RESIDENTE EM VILARINHO DE NEGRÕES, FREGUESIA DE NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 358/2015, despoletado pelo requerimento n.º 955/2015, apresentado pelo Sr. João Gonçalves Vaz, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 3.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Gonçalves Vaz, residente em Vilarinho de Negrões, freguesia de Negrões, com o NIF 101048203, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2365328899001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). ____

3 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ARMINDA JESUS BRANCO DAMAS RODRIGUES, RESIDENTE EM TABUADELA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 362/2015, despoletado pelo requerimento n.º 960/2015, apresentado pela Sra. Arminda Jesus Branco Damas Rodrigues, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 4.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Arminda Jesus Branco Damas Rodrigues, residente em Tabuadela, freguesia de Salto, com o NIF 212 478 508, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 21951174559003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

4 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO GONÇALVES SURREIRA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

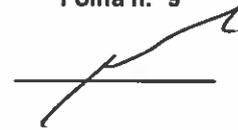
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 364/2015, despoletado pelo requerimento n.º 962/2015, apresentado pelo Sr. João Gonçalves Surreira, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso ao maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 5.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: "À reunião de Câmara." _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Gonçalves Surreira, residente em Montalegre, com o NIF 116 002 123, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285409456503, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

5 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CRISTIANA MARIA AFONSO CALDAS, RESIDENTE EM CEPEDA, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 365/2015, despoletado pelo requerimento n.º 963/2015, apresentado pela Sra. Cristiana Maria Afonso Caldas, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da



Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 6. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Cristiana Maria Afonso Caldas, residente em Cepeda, freguesia de Sarraquinhos, com o NIF 261 504 541, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2375374729003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

6 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CUNHA MOURA, RESIDENTE EM TOURÉM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 367/2015, despoletado pelo requerimento n.º 965/2015, apresentado pelo Sr. José Cunha Moura, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 7. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Cunha Moura, residente em Tourém, com o NIF 176 335 013, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195486477001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

7 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOAQUIM GONÇALVES, RESIDENTE EM PADROSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 368/2015, despoletado pelo requerimento n.º 966/2015, apresentado pelo Sr.



Manuel Joaquim Gonçalves, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 8. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Joaquim Gonçalves, residente em Padroso, união das Freguesias de Montalegre e Padroso, com o NIF 134 448 030, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285439227600, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

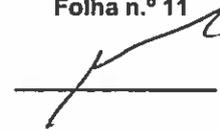
8 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SOC. AGROPECUÁRIA PAULO VIDEIRA, RESIDENTE EM BRANDIM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 369/2015, despoletado pelo requerimento n.º 968/2015, apresentado pela Soc. Agro Pecuária Paulo Videira, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 9. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Soc. Agro Pecuária Paulo Videira, residente em Brandim, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, com o NIF 508508401, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205323309006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

9 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOAQUIM DIAS PACHECO, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 370/2015, despoletado pelo requerimento n.º 969/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Joaquim Dias Pacheco, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 10.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Dias Pacheco, residente em Sabuzedo, União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, com o NIF 122846257, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2255412675014, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

10- PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ÁLVARO PEREIRA RODRIGUES, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 371/2015, despoletado pelo requerimento n.º 970/2015, apresentado pelo Sr. Álvaro Pereira Rodrigues, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 11.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Álvaro Pereira Rodrigues, residente em Sabuzedo, União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe com o NIF 276511293, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º _____



2245418652004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

11 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE ESCALEIRA GIL, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 372/2015, despoletado pelo requerimento n.º 971/2015, apresentado pelo Sr. Paulo Jorge Escaleira Gil, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 12.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Paulo Jorge Escaleira Gil, residente em Sabuzedo, União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, com o NIF 211006793, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), 2245416944002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

12 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DA GLÓRIA SILVA GONÇALVES RODRIGUES, RESIDENTE EM SABUZEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 373/15, despoletado pelo requerimento n.º 972/2015, apresentado pela Sra. Maria Glória Silva Gonçalves Rodrigues, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 13.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Glória Silva Gonçalves Rodrigues, residente em Sabuzedo, União das Freguesias de Cambeses, Donões e Sabuzedo, com o NIF 143629220, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2245418652003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

13- PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALBINO BARROSO FERNANDES CASINHA, RESIDENTE EM CORVA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 376/2015, despoletado pelo requerimento n.º 975/2015, apresentado pelo Sr. Albino Barroso Fernandes Casinha, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 14.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: "À reunião de Câmara." _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Albino Barroso Fernandes Casinha, residente em Corva, freguesia de Salto, com o NIF 112559034, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 253659491, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

14- PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ZULMIRA PIRES BRANCO, RESIDENTE EM FRADES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 377/2015, despoletado pelo requerimento n.º 976/2015, apresentado pela Sra. Zulmira Pires Branco, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria



n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 15. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Zulmira Pires Branco, residente em Frades, União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe, com o NIF 165057777, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2225387199001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

15 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA MARIA AFONSO PEREIRA PIRES, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 378/2015, despoletado pelo requerimento n.º 978/2015, apresentado pela Sr. Ana Maria Afonso Pereira, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 16. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sr. Ana Maria Afonso Pereira Pires, residente em Reigoso, freguesia de Reigoso, com o NIF 197530982, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165274829009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

16 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO PEREIRA PIRES, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 379/2015, despoletado pelo requerimento n.º 979/2015, apresentado pelo Sr. António Pereira Pires, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 17.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Pereira Pires, residente em Reigoso, freguesia de Reigoso, com o NIF 175181403, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165272422007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

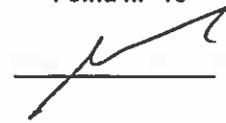
17 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ JOÃO LUIS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 381/2015, despoletado pelo requerimento n.º 981/2015, apresentado pelo Sr. José João Luis, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 18.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José João Luis, residente em Paredes do Rio, União das Freguesias de Covelães e Sezelhe com o NIF 111817757, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2175363607012, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

18 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ VAZ GONÇALVES, RESIDENTE EM NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 386/2015, despoletado pelo requerimento n.º 985/2015, apresentado pelo Sr. José Vaz Gonçalves, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 19.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Vaz Gonçalves, residente em Negrões, freguesia de Negrões, com o NIF 101047819, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295300001011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

19 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. BENTA AFONSO CASELAS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 387/2015, despoletado pelo requerimento n.º 986/2015, apresentado pela Sra. Benta Afonso Caselas, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 20.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Benta Afonso Caselas, residente em, Paredes do Rio, União das Freguesias de Covelães e Sezelhe, com o NIF 133665232, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º _____



2175361623001/2175361230001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

20 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. RUI MANUEL BORRALHEIRO ALVES MOURA, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 388/2015, despoletado pelo requerimento n.º 987/2015, apresentado pelo Sr. Rui Manuel Borralheiro Alves Moura, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 21.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: "À reunião de Câmara." _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Rui Manuel Borralheiro Alves de Moura, residente em Linharelhos, freguesia de Salto, com o NIF 216975395, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115217412025/2115210008001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

21 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL AFONSO DIAS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 9 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 391/2015, despoletado pelo requerimento n.º 991/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Afonso Dias, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 22.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: "À reunião de Câmara." _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Afonso Dias, residente em Paredes do Rio, União das Freguesias de Covelães e Sezelhe com o NIF 211233773, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2175354378002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

22 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. LUIS CARLOS FERNANDES PEREIRA, RESIDENTE EM BAGULHÃO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

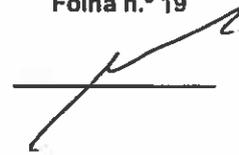
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 392/2015, despoletado pelo requerimento n.º 992/2015, apresentado pelo Sr. Luis Carlos Fernandes Pereira, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 23.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Luis Carlos Fernandes Pereira, residente em Bagulhão, freguesia de Salto, com o NIF 221130896, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145157257029, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

23 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ BARROSO, RESIDENTE EM CARVALHO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 393/2015, despoletado pelo requerimento n.º 993/2015, apresentado pelo Sr. José Barroso, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º _____



68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 24. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Barroso, residente em Carvalho, freguesia de Salto, com o NIF 208865349, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2175162040004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

24 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL DIAS LAMA, RESIDENTE EM ANTIGO DE VIADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 394/2015, despoletado pelo requerimento n.º 995/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Dias da Lama, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 25. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Dias da Lama, residente em Antigo de Viade, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, com o NIF 196658772, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235325903001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

25 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS CARVALHO GONÇALVES GRAÇA, RESIDENTE EM PARADA, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng.



Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 395/2015, despoletado pelo requerimento n.º 998/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Carvalho Gonçalves Graça, no dia 10 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 26.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.”

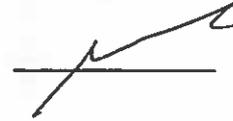
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Carvalho Gonçalves Graça, residente em Parada, freguesia de Outeiro, com o NIF 177058960, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155367931002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP).

26 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA CARNEIRO CHAVES AFONSO, RESIDENTE EM NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 396/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1000/2015, apresentado pela Sra. Maria Carneiro Chaves Afonso, no dia 10 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 27.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Lucília Alves Querido, residente em Antigo de Viade, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, com o NIF 186956827, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235321026005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP).



27 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LUCÍLIA ALVES QUERIDO, RESIDENTE EM ANTIGO DE VIADE , DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 398/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1002/2015, apresentado pela Sra. Maria Lucília Alves Querido, no dia 10 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 28.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara David José Varela Teixeira, com o seguinte teor: “À reunião de Câmara.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Lucília Alves Querido, residente em Antigo de Viade, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas com o NIF 186956827, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235321026005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

28 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. SUZANA MARIA PEREIRA PEIREZO, RESIDENTE EM MORGADE , DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 355/2015, despoletado pelo requerimento n.º 952/2015, apresentado pela Sra. Suzana Maria Pereira Peirezo, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 29.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Suzana Maria



Pereira Peirezo, residente em negrões, freguesia de Negrões, com o NIF 213549360, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2265327356002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

29 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA CÉU GONÇALVES AFONSO, RESIDENTE EM PENEDONES, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 359/2015, despoletado pelo requerimento n.º 956/2015, apresentado pela Sra. Maria Céu Gonçalves Afonso, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 30.* _____

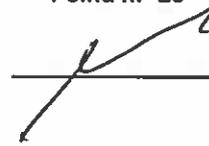
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Céu Gonçalves Afonso, residente em Penedones, Chã, com o NIF 188768378, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o nº 2265327356002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

30 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO ARTUR ALVES FERNANDES, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 390/2015, despoletado pelo requerimento n.º 989/2015, apresentado pelo Sr. António Artur Alves Fernandes, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 31.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Artur Alves Fernandes, residente em Pitões das Júnias, com o NIF 193 630 702, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155412144008/2155412144006/2155412144007/2155412144045, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

31 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CAMPOS MARTINS, RESIDENTE EM BUSTELO, VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 403/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1011/2015, apresentado pelo Sr. José Campos Martins, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 32.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José campos Martins, residente em Bustelo, freguesia de Vila da Ponte, com o NIF 130 253 847, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195303453001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

32 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS CARVALHO PEREIRA, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 400/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1008/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Carvalho Pereira, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da



Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 33. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Carvalho Pereira, residente em Reigoso, freguesia de Reigoso, com o NIF 140 816 216, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165274829007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). ____

33 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JAIME PORTELA MAGALHÃES, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA DE NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

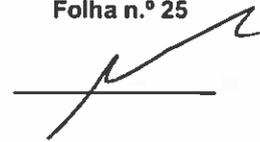
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 401/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1009/2015, apresentado pelo Sr. Jaime Portela Magalhães, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 34. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Jaime Portela Magalhães, residente em Lamachã, freguesia de Negrões, com o NIF 158 089 502, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305273352010, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

34 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL FERNANDES LUIS, RESIDENTE EM TRAVASSOS DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 384/2015, despoletado pelo requerimento n.º 983/2015, apresentado pelo Sr. José



Manuel Fernandes Luis, no dia 9 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 35.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Manuel Fernandes Luis, residente em Travassos da Chã, freguesia de Chã, com o NIF 189 938 153, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295338152013, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

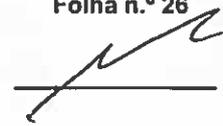
35 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO AFONSO ALVES, RESIDENTE EM FIÃES DO RIO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 399/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1006/2015, apresentado pelo Sr. António Afonso Alves, no dia 10 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 36.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Afonso Alves, residente em Fiães do Rio, união de freguesias de Paradela, Contim e Fiães, com o NIF 192 181 530, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2175344423005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

36 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL FERREIRA GONÇALVES, RESIDENTE EM SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 363/2015, despoletado pelo requerimento n.º 961/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Ferreira Gonçalves, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 37.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

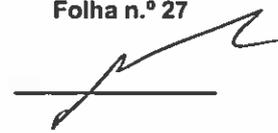
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Ferreira Gonçalves, residente em Sarraquinhos, freguesia de Sarraquinhos, com o NIF 180 991 841, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2385369584002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

37 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL VAZ VIEIRA, RESIDENTE EM MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 354/2015, despoletado pelo requerimento n.º 951/2015, apresentado pelo Sr. José Manuel Vaz Vieira, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 38.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Manuel Vaz Vieira, residente em Negrões, freguesia de Negrões, com o NIF 180 708 988, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325310736007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



38 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL PEREIRA CARRITO, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11)._____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 356/2015, despoletado pelo requerimento n.º 953/2015, apresentado pelo Sr. José Manuel Pereira Carrito, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 39.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

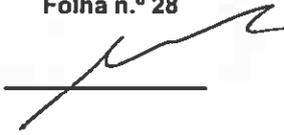
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Manuel Pereira Carrito, residente em Pitões das Júnias, freguesia de Pitões das Júnias, com o NIF 183 891 570, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155412870007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

39 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ AUGUSTO AFONSO PEREIRA, RESIDENTE EM TELHADO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11)._____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 404/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1013/2015, apresentado pelo Sr. José Augusto Afonso Pereira, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 40.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Augusto



Afonso Pereira, residente em Telhado, união de freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, com o NIF 223 971 650, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235260085001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

40 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALCIDES ARAÚJO MOURA, RESIDENTE EM PARADA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 407/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1017/2015, apresentado pelo Sr. Alcides Araújo Moura, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 41.* _____

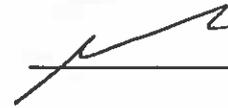
Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Alcides Araújo Moura, residente em Parada, freguesia de Outeiro, com o NIF 188 414 592, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155368678006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

41 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO PEREIRA QUELHA, RESIDENTE EM SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 409/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1019/2015, apresentado pelo Sr. João Pereira Quelha, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 42.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Pereira Quelha, residente em Salto, freguesia de Salto, com o NIF 132 227 371, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115217412040, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

42 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL LOPES ALVES, RESIDENTE EM REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 411/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1021/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Lopes Alves, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 43.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Lopes Alves, residente em Reigoso, freguesia de Reigoso, com o NIF 161 059 791, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165274610006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

43 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO DIAS PIRES, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 412/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1022/2015, apresentado pelo Sr. António Dias Pires, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 44.* _____



Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Dias Pires, residente em Castanheira, freguesia da chã, com o NIF 173 793 762, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2275341367001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

44 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ COSTA FERNANDES LEITE, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 414/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1024/2015, apresentado pelo Sr. José Costa Fernandes Leite, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 45.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Costa Fernandes Leite, residente em Aldeia Nova, freguesia da Chã, com o NIF 136 808 921, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315343196001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

45 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM LOURENÇO FONTES, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 418/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1028/2015, apresentado pelo Sr. Joaquim Lourenço Fontes, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da



Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 46. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Joaquim Lourenço Fontes, residente em Montalegre, união de freguesias de Montalegre e Padroso, com o NIF 116 757 094, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295391020005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

46 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS COSTA, RESIDENTE EM SÃO ANE, CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 420/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1030/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Costa, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 47. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Costa, residente em S. Ane, freguesia de Cabril, com o NIF 176 676 180, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2085270878017, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

47 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO RODRIGUES OLIVEIRA, RESIDENTE EM CRIANDE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de

certidões n.º 424/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1039/2015, apresentado pelo Sr. António Rodrigues Oliveira, no dia 15 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 48.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Rodrigues Oliveira, residente em Criande, freguesia de Morgade, com o NIF 123 824 745, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325311291007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). ____

48 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALZARINO RUA JORGE, RESIDENTE EM CODEÇOSO, UNIÃO DAS FREGUESIA DE PADORNELOS MEIXEDO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 429/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1048/2015, apresentado pelo Sr. Alzarino Rua Jorge, no dia 15 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 49.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Alzarino Rua Jorge, residente em Codeçoso, união de freguesias de Padornelos e Meixedo, com o NIF 211 940 720, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 232583784003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

49 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LUÍSA RODRIGUES DIAS, RESIDENTE EM CARVALHAIS, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 406/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1016/2015, apresentado pela Sra. Maria Luísa Rodrigues Dias, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 50.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

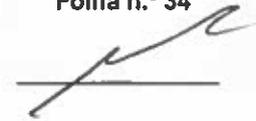
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Luísa Rodrigues Dias, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, com o NIF 180 991 566, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325295259001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). ____

50 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JÚLIA P. B. QUELHA – CABEÇA DE CASAL, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 408/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1018/2015, apresentado pela Sra. Maria Júlia P. B. Quelha – Cabeça de Casal, no dia 11 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 51.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse



público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Júlia P. B. Quelha – Cabeça de Casal, residente em Linharelhos, freguesia de Salto, com o NIF 704 887 126, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115217445019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

51 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ADELINA TEIXEIRA ARAÚJO, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

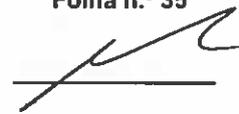
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 413/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1023/2015, apresentado pela Sra. Maria Adelina Teixeira Araújo, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 52.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Adelina Teixeira Araújo, residente em Castanheira, freguesia de chã, com o NIF 173 793 770, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2275341367002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

52 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DO CÉU ALVES COSTA, RESIDENTE EM FRIÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 419/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1029/2015, apresentado pela Sra. Maria Céu Alves Costa, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 53.* _____



Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: "À CM." _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Céu Alves Costa, residente em Friães, união de freguesias de Viade de baixo e Fervidelas, com o NIF 190 905 344, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2215290793008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

53 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA AZEVEDO ALVES MARTINS, RESIDENTE EM OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

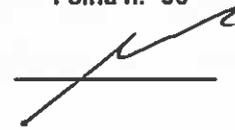
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 421/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1031/2015, apresentado pela Sra. Maria Azevedo Alves Martins, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 54.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: "À CM." _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Azevedo Alves Martins, residente em Outeiro, freguesia de Outeiro, com o NIF 193 631 156, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155355426009/2155359017004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

54 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JOAQUINA MOURA MADEIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 423/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1035/2015, apresentado pela Sra. _____



Maria Joaquina Moura Madeira, no dia 14 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 55. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Joaquina Moura Madeira, residente em Gralhas, freguesia de Gralhas, com o NIF 182 909 883, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355425085001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). ____

55 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JESUS ALVES BRANCO, RESIDENTE EM FRADES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESSES, DONÕES E MOURILHE DESTINADO, A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 426/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1042/2015, apresentado pela Sra. Maria Jesus Alves Branco, no dia 15 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 56. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Jesus Alves Branco, residente em Frades do Rio, União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, com o NIF 161 446 388, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2225385482020, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

56 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA NATIVIDADE GONÇALVES DIAS LAMA, RESIDENTE EM VIADE DE BAIXO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE

E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 427/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1043/2015, apresentado pela Sra. Maria Natividade Gonçalves Dias Lama, no dia 15 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 57.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Natividade Gonçalves Dias Lama, residente em Viade de Baixo, freguesia de Viade de Baixo e Fervidelas, com o NIF 132 228 084, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2225329397001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

57 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. LUÍSA DIAS MIRANDA ALVES, RESIDENTE EM VIADE DE BAIXO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 360/2015, despoletado pelo requerimento n.º 958/2015, apresentado pela Sra. Luisa Dias Miranda Alves, no dia 7 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 58.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse



público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Luísa Dias Miranda Alves, residente em Ferral, freguesia de Ferral, com o NIF 175 022 593, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115252029001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

4 – SERVIÇOS URBANOS

**VI
OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS**

**VII
FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS**

**VIII
GESTÃO AUTÁRQUICA**

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

58 – RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pelo Gabinete de Gestão Financeira (GGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, relação de pagamentos efetuados pela autarquia, no período compreendido entre os dias dez e dezasseis de dezembro de dois mil e quinze, na importância global ilíquida de € 775.540,80 (setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta euros e oitenta cêntimos) – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 59.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

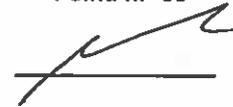
Quanto a este assunto, o Senhor Vereador do PSD, eleito nas listas da coligação “Unidos Por Montalegre”, Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, solicitou fotocópia simples das ordens de pagamento identificadas pelos n.ºs 370, 371, 372, 374, 3174, 3175, 4177, 4192, 4193, 4196, 4197, 4205 – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 60, no maço de documentos relativos à presente ata.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

59 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º245/2015 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pela tesoureira, para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 245, respeitante ao dia dezasseis de dezembro de dois mil e quinze, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 1.508.132,55, sendo € 807.052,56 a título de operações orçamentais e € 701.079,99, a título de operações não orçamentais – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivado no maço de documentos relativo à presente ata, sob a forma de doc. n.º 61.* _____

60 - ALIENAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO E DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS), SITOS EM SENDIM, PARADELA, ANTIGO DE SARRAQUINHOS, ZEBRAL, MOURILHE, SABUZEDO E LAMAS. _____



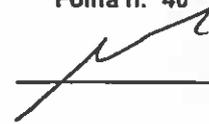
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, proposta formulada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de dezembro, em curso, cujo respetivo teor se transcreve, na íntegra, para os devidos efeitos: _____

“Assunto: Alienação, a título oneroso, e definição das condições gerais da hasta pública dos prédios urbanos (antigas escolas primárias), sítos em Sendim, Paradela, Antigo de Sarraquinhos, Zebral, Mourilhe, Sabuzedo e Lamas. _____

I – DA JUSTIFICAÇÃO _____

Considerando que o Município de Montalegre é proprietário dos prédios urbanos – antigas escolas primárias – identificados no quadro sinóptico infra, integrados em domínio privado municipal. _____

	Área do R/C (m ²)	Área do Logradouro (m ²)	Área Total da Parcela (m ²)	Localidade	Freguesia	Artigo Matricial	Nº da Descrição na Conservatória do Registo Predial Montalegre
1	87,51	1.070,49	1.158,00	Sendim	União das freguesias de Meixedo e Padornelos	U794	542/20102008
2	317,70	912,80	1.230,50	Paradela	União das freguesias de Paradela, Contim e Fiães	U729	325/20102008
3	110,00	730,00	840,00	Antigo de Sarraquinhos	Sarraquinhos	U696	376/13062003
4	50,00	00,00	50,00	Zebral	Sarraquinhos	U695	375/13062003
5	155,00	945,00	1.100,00	Mourilhe	União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe	U826	301/13062003
6	130,00	721,00	851,00	Sabuzedo	União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe	U827	302/13062003
7	90,00	1094,00	1184,00	Lamas	União das freguesias de	U335	142/13062003



					Viade de Baixo e Fervidelas		
--	--	--	--	--	-----------------------------------	--	--

Considerando que os imóveis em questão encontram-se livres e devolutos de pessoas e bens desde o encerramento das escolas primárias e sem qualquer uso, não sendo necessários à prossecução de fins de interesse público; _____

Considerando o mau estado de conservação, os prédios em causa necessitam de obras de recuperação, cujo custo inerente não se coaduna com a política de contenção, justificando-se, assim, a sua alienação, a título definitivo; _____

Considerando que para efeitos de alienação dos imóveis do domínio privado do património municipal, deverá ser realizado procedimento de hasta pública; _____

Considerando que o valor base de licitação deverá ser coincidente com o valor patrimonial atual aprovado em resultado de avaliação feita pelas finanças para efeitos de imposto municipal de imóveis; _____

Considerando, que a competência para deliberar sobre a alienação, definitiva e a título oneroso, bem como da definição das condições gerais da hasta pública, é da Câmara Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. _____

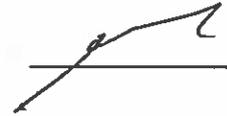
II – DA PROPOSTA _____

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho, ao executivo municipal, a aprovação da seguinte proposta: _____

a) A alienação onerosa, a título definitivo (venda) dos prédios urbanos devolutos e livres de quaisquer ónus ou encargos, identificados pelos artigos 695 e 696 da freguesia de Sarraquinhos, 729, da União das freguesias de Paradela, Contim e Fiães, 794, da União das freguesias de Meixedo e Padornelos, 826 e 827, da União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe, e 335 da União das freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, com base no valor patrimonial tributário atribuído; _____

b) Que a venda seja feita por hasta pública, cujas condições e termos gerais de alienação estão plasmados num documento designado por "Condições Gerais da Hasta Pública", o qual se anexa à presente proposta e que dele faz parte integrante; _____

c) Que o júri da hasta pública seja constituído da seguinte forma: Vice-Presidente da Câmara, David José Varela Teixeira, na qualidade de Presidente, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, e Dr. Pedro Miguel Castro Madeiras, Técnico Superior (Gestão), estes dois últimos na qualidade de vogais efetivos, a Dra.



Maria José Afonso Baía, Técnica Superior (Gestão) e D. Ana Maria Dias Henriques da Silva, Coordenadora Técnica, na qualidade de vogais suplentes, respetivamente 1.ª e 2.ª; _____

d) Que as condições da referida hasta pública sejam publicitadas por edital a afixar em todos os locais de estilo existentes no concelho, designadamente no átrio dos paços do concelho e nas respetivas juntas de freguesia, que sejam publicitadas no *site* do município, bem como em jornal local ou regional; _____

e) Que as escrituras de compra e venda, logo que cumpridas todas as formalidades, sejam elaboradas pelo notário privativo do município, bem como me sejam conferidos poderes para, nesse ato, representar o município de Montalegre; _____

f) Que seja, posteriormente, remetida cópia das respetivas escrituras, ao setor do património, tendo em vista o seu adequado tratamento ao nível da contabilidade patrimonial. _____

Paços do Concelho, Montalegre, 14 de dezembro de 2015. _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinatura ilegível, (Manuel Orlando Fernandes Alves)". __

Anexo: Minuta das Condições gerais da hasta pública. _____

Esta proposta, apesar de transcrita, e as condições gerais da hasta pública que a acompanham, vão ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 62 e 63, respetivamente.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta, Proceda-se em conformidade com a mesma. _____

Ao Departamento de Administração Geral e Finanças para efeitos de operacionalização da presente deliberação. _____

61 - ALIENAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO E DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS) - SITOS EM PEREIRA, BAGULHÃO, TABUADELA, CARVALHO, LINHARELHOS, CAMBESES DO RIO, FRADES DO RIO, VILA DA PONTE. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, proposta formulada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 3 de dezembro, em curso, cujo respetivo teor se transcreve, na íntegra, para os devidos efeitos: _____

“Assunto: Alienação, a título oneroso, e definição das condições gerais da hasta pública dos prédios urbanos (antigas escolas primárias), sítos em Pereira, Bagulhão, Tabuada, Carvalho, Linharelhos, Cambeses do Rio, Frades do Rio e Vila da Ponte. _____

I – DA JUSTIFICAÇÃO _____

Considerando que o Município de Montalegre é proprietário dos prédios urbanos – antigas escolas primárias – identificados no quadro sinóptico infra, integrados em domínio privado municipal. _____

	Área do R/C (m2)	Área do Logradouro (m2)	Área Total da Parcela (m2)	Localidade	Freguesia	Artigo Matricial	Nº da Descrição na Conservatória do Registo Predial
1	90,20	1.016,80	1.107,00	Pereira	Salto	U1701	1530/02072008
2	150,00	1.075,00	1.225,00	Bagulhão	Salto	U1579	1288/13062003
3	72,00	728,00	800,00	Tabuadela	Salto	U1582	1291/13062003
4	110,00	1.037,00	1.147,00	Carvalho	Salto	U1580	1289/13062003
5	105,00	00,00	105,00	Linharelhos	Salto	U1576	1285/18062003
6	110,00	940,00	1.050,00	Cambeses do Rio	U. F. de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe	U605	188/13062003
7	110,00	888,00	998,00	Frades do Rio	U. F. de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe	U705	187/13062003
8	238,50	961,50	1200,00	Vila da Ponte	Vila da Ponte	U355	Não descrito

Considerando que os imóveis em questão encontram-se livres e devolutos de pessoas e bens desde o encerramento das escolas primárias e sem qualquer uso, não sendo necessários à prossecução de fins de interesse público; _____

Considerando o mau estado de conservação, os prédios em causa necessitam de obras de recuperação, cujo custo inerente não se coaduna com a política de contenção, justificando-se, assim, a sua alienação, a título definitivo; _____

Considerando que para efeitos de alienação dos imóveis do domínio privado do património municipal, deverá ser realizado procedimento de hasta pública; _____

Considerando que o valor base de licitação deverá ser coincidente com o valor patrimonial atual aprovado em resultado de avaliação feita pelas finanças para efeitos de imposto municipal de imóveis; _____

Considerando, que a competência para deliberar sobre a alienação, definitiva e a título oneroso, bem como da definição das condições gerais da hasta pública, é da Câmara

Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. _____

II – DA PROPOSTA _____

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho, ao executivo municipal, a aprovação da seguinte proposta: _____

a) A alienação onerosa, a título definitivo (venda), dos prédios urbanos devolutos e livres de quaisquer ónus ou encargos, identificados pelos artigos urbanos com os n.ºs 1576, 1579, 1580, 1582 e 1701, da freguesia de Salto, 355, da freguesia de Vila da Ponte, e 605 e 705 da União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe, com base no valor patrimonial tributário atribuído; _____

b) Que a venda seja feita por hasta pública, cujas condições e termos gerais de alienação estão plasmados num documento designado por “Condições Gerais da Hasta Pública”, o qual se anexa à presente proposta e que dele faz parte integrante; _____

c) Que o júri da hasta pública seja constituído da seguinte forma: Vice-Presidente da Câmara, David José Varela Teixeira, na qualidade de Presidente, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, e Dr. Pedro Miguel Castro Madeiras, Técnico Superior (Gestão), estes dois últimos na qualidade de vogais efetivos, a Dra. Maria José Afonso Baía, Técnica Superior (Gestão) e D. Ana Maria Dias Henriques da Silva, Coordenadora Técnica, na qualidade de vogais suplentes, respetivamente 1.ª e 2.ª; _____

d) Que as condições da referida hasta pública sejam publicitadas por edital a afixar em todos os locais de estilo existentes no concelho, designadamente no átrio dos paços do concelho e nas respetivas juntas de freguesia, que sejam publicitadas no *site* do município, bem como em jornal local ou regional; _____

e) Que a formalização das respetivas transmissões onerosas, incluindo, se necessário a respetiva justificação notarial, sejam elaboradas pelo notário privativo do município, bem como me sejam conferidos poderes para, nesse(s) ato(s), representar o município de Montalegre; _____

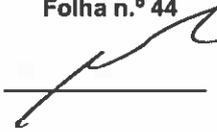
f) Que seja, posteriormente, remetida cópia das respetivas escrituras, ao setor do património, tendo em vista o seu adequado tratamento ao nível da contabilidade patrimonial; _____

Paços do Concelho, Montalegre, 3 de dezembro de 2015. _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinatura ilegível, (Manuel Orlando Fernandes Alves)". _____

Anexo: Minuta das Condições gerais da hasta pública. _____

Esta proposta, apesar de transcrita, e as condições gerais da hasta pública que a acompanham, vão ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 64 e 65, respetivamente.



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta, Proceda-se em conformidade com a mesma. _____

Ao Departamento de Administração Geral e Finanças para efeitos de operacionalização da presente deliberação. _____

62 - FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE TERRENO (PARCELA 25) NECESSÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DA VARIANTE À EN 308 - TROÇO DO SALGADO AO ROLO, PROPRIEDADE DA IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, proposta formulada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 15 de dezembro, em curso, cujo respetivo teor se transcreve, na íntegra, para os devidos efeitos: _____

“Assunto: Formalização da aquisição de terreno (parcela 25) necessário para a implantação da Variante à EN 308 – Troço do Salgado ao Rolo, propriedade da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. _____

I – DA MOTIVAÇÃO _____

Considerando que o município de Montalegre promoveu e levou a efeito, no início de 2002, a construção da Variante à EN 308 – Troço do Salgado ao Rolo, no âmbito da qual foi necessário proceder à aquisição de múltiplas parcelas de terreno. _____

Considerando que uma das parcelas necessárias para concretizar tal desiderato foi identificada no “mapa das expropriações” elaborado pelo Departamento Técnico, sob os n.ºs 25 e 25-1, do qua se anexa cópia sob a forma de doc. n.º 1, com a área total de 3272,00 m², prédio rústico inscrito na respetiva matriz predial da União das Freguesias de Montalegre e Padroso sob o artigo 1567, que teve origem sucessivamente nos artigos 1604 e 1686, da freguesia de Montalegre, vide cópia da respetiva certidão, que se anexa sob a forma de doc. n.º 2. _____

Considerando que, no âmbito das diligências então levadas a efeito, subsistiam dúvidas quanto à titularidade do respetivo direito de propriedade, porquanto esse prédio se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Montalegre sob o n.º 2068, a favor de Diogo Gonçalves Surreira, casado, residente que foi em Montalegre, vide cópia da certidão que se anexa sob a forma de doc. n.º 3, mas era reclamado simultaneamente pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre e pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Montalegre. ____

Considerando que essa situação não permitiu que a deliberação do executivo municipal, tomada na reunião ordinária realizada no dia 3 de junho de 2002, da qual se anexa cópia, sob a forma de doc. n.º 4, pudesse ter sido concretizada. _____

Considerando que essa controvérsia está hoje ultrapassada, porquanto essas duas entidades subscreveram, no dia 31 de março do ano em curso, requerimento dirigido ao Chefe do Serviço Local de Finanças, a solicitarem a alteração da inscrição predial a favor da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. _____



Considerando que, em resultado dessa iniciativa procedimental, o prédio rústico ocupado pela implantação do referido troço viário municipal, inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias de Montalegre e Padroso, sob o artigo 1.567 (que proveio sucessivamente do artigo 1604 e 1686, da extinta freguesia de Montalegre), consta, na aludida matriz, em nome da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. _____

Considerando que existe acordo, desde 2002, quanto ao valor indemnizatório resultante da aquisição do referido prédio urbano, que é de € 17. 954, 82 (dezassete mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), ainda que, por lapso, presumivelmente resultante de erro na conversão de escudos em euros, a aludida ata aluda ao valor de € 175.745,44. _____

Considerando que a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre está a proceder a regularização do respetivo direito de propriedade que incide sobre o mencionado prédio urbano, através de justificação notarial de prédio descrito, é aconselhável que, numa primeira fase, seja elaborado contrato promessa de compra e venda, e seja, posteriormente, o ato translativo de propriedade formalizado através de escritura pública ou documento análogo. ____

Considerando que nos termos do estatuído na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para deliberar sobre a sua aquisição, definitiva e a título oneroso, bem como das respetivas condições contratuais, é da Câmara Municipal. _____

II – DA PROPOSTA _____

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao executivo municipal o seguinte: _____

a) Que, no sentido de clarificar e retificar o teor da deliberação tomada pelo executivo municipal na reunião ordinária realizada no dia 3 de junho de 2002, delibere proceder à aquisição, por intermédio de compra e venda, à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, pessoa coletiva religiosa com o n.º 501 745 963, com sede à rua General Humberto Delgado, n.º 473, em Montalegre, de prédio rústico, sito na Fonte D'El Rei, com a área de 3.272,00 m2, pelo preço de € 17. 954, 82 (dezassete mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), correspondente a aproximadamente a € 5,49, por m2, a pagar em duas prestações, a primeira no valor de € 16.500,00, na data da outorga do contrato de promessa de compra e venda e o remanescente na data da realização da escritura pública, destinado à construção da Variante à EN 308 – Troço do Salgado ao Rolo, ou seja para o domínio público municipal. _____

b) Que, pelas razões explicitadas supra, e a impossibilidade jurídica de formalizar de imediato a transmissão onerosa em questão, foi elaborado o contrato promessa de compra e venda, que



se anexa sob a forma de doc. n.º 5, a fim de que possa ser aprovado pelo executivo municipal, de molde a ser outorgado pelas respetivas partes contratantes. _____

c) Que me sejam conferidos poderes para representar o município de Montalegre na respetiva escritura pública de compra e venda. _____

d) Que, logo que formalizada a compra e venda, seja extraída, a fim de ser remetida para o sector do património, tendo em vista o seu adequado tratamento ao nível da contabilidade patrimonial. _____

e) Que os encargos decorrentes desta aquisição sejam suportados pelo orçamento municipal, através da classificação orgânica 03, económica 07 01 01 e do Plano Plurianual de Investimentos 2002-I-52. _____

f) Que existem fundos disponíveis para acomodar a aludida responsabilidade financeira, conforme resulta do compromisso n.º 2399/2015, que se anexa sob a forma de doc. n.º 6. ____ Paços do Concelho, Montalegre, 15 de dezembro de 2015. _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinatura ilegível, (Manuel Orlando Fernandes Alves)". ____

Anexo: Cópia da "mapa das expropriações", da caderneta predial rústica, da certidão de registo predial, da deliberação camarária de 03.06.2002, da minuta do contrato promessa de compra e venda e do compromisso. _____

Esta proposta, apesar de transcrita, bem como os documentos que acompanham, vão ficar apensos ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 66 a 72. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta, Proceda-se em conformidade com a mesma. _____

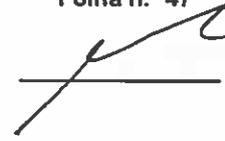
Ao Departamento de Administração Geral e Finanças para efeitos de operacionalização da presente deliberação. _____

63 - LISTA PROVISÓRIA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS À ATRIBUIÇÃO DE UMA HABITAÇÃO EM REGIME DE COMODATO – PRÉDIO ALBINO FIDALGO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, contendo dois quadros, o primeiro identificando os candidatos admitidos e o segundo os candidatos excluídos – *documento cujo respetivo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de doc. n.º 73.*

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista provisória de candidatos admitidos e excluídos ao concurso para a atribuição de habitações, em regime de comodato, do prédio Albino Fidalgo II. _____

Deliberou ainda, igualmente por unanimidade, notificar os interessados nos termos previstos nas respetivas peças concursais e supletivamente no artigo 114.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, quer os candidatos



admitidos, quer os candidatos relativamente aos quais se propõe a exclusão, sendo que, quanto a estes últimos, deve ser observado o direito de audiência prévia, previsto no artigo 121.º, do mesmo código, fixando-se-lhes o prazo de 10 (dez) dias úteis, para efeitos de audiência escrita. _____

À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para conhecimento e acompanhamento da boa execução material da presente deliberação. _____

64 – TRANSAÇÃO JUDICIAL REALIZADA NO ÂMBITO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM, A QUE CORRESPONDE O PROCESSO Nº 116/11.8BEMDL. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, notificação relativa à transação judicial, homologada por sentença, referente à ação administrativa comum – forma ordinária, a correr trâmites no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, sob o processo n.º 116/11.8BEMDL – *documentos cujo respetivo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexam ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 74 e 75.* _____

O Senhor Presidente da Câmara explicitou, de forma sumária, os termos da aludida transação judicial, bem como a motivação subjacente à concretização do mesmo, tendo solicitado que o mesmo fosse objeto de ratificação por parte da Câmara Municipal. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a referida transação judicial, e, com fundamento na mesma, autorizar o pagamento do valor de € 193.650,48 (cento e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta euros e quarenta e oito cêntimos). _____

Ao Gabinete de Gestão Financeira para efeitos de operacionalização da presente deliberação.

IX ATIVIDADE REGULAMENTAR

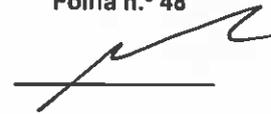
X DIVERSOS

65 – AMAT / OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO ANO DE 2016 / PARA CONHECIMENTO. _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, ofício remetido pela Associação de Municípios do Alto Tâmega, (AMAT), com o NIPC 502 924 055, com sede na avenida dos Aliados, n.º 9, 5400-038 Chaves, registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo sob a referência CMM7738, no dia 25 de novembro do ano em curso, que capeava as opções do Plano e Orçamento para 2016 – *documentos cujo respetivo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexam ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 76 e 77, respetivamente.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, tomar conhecimento das opções do Plano e Orçamento para 2016, apresentado pela AMAT. _____

XI



REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Embora, de acordo com o regimento do órgão, se tratasse de uma reunião pública, não se registou a presença de qualquer interessado/município, conseqüentemente não houve qualquer intervenção neste período. _____

XII

APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dez horas e cinquenta e cinco minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Nuno Vaz Ribeiro na qualidade de secretário a redigi e vou assinar, junto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

O Presidente da Câmara Municipal _____

O Secretária da reunião _____

